

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025**

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Demonstrações contábeis

Índice

BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO.....	7
NOTAS EXPLICATIVAS	
1 CONTEXTO OPERACIONAL	8
2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS.....	10
4 APLICAÇÕES FINANCEIRAS	16
5 PARTES RELACIONADAS	16
6 INVESTIMENTOS.....	16
7 DIVIDENDOS A PAGAR.....	17
8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17
9 RESULTADO FINANCEIRO	18
10 INSTRUMENTOS FINANCEIROS	19

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		1	-
Aplicações financeiras	4	436	429
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		32	43
Total do ativo circulante		469	472
Não circulante			
Investimentos	6	365.320	405.031
Total do ativo não circulante		365.320	405.031
Total do ativo		365.789	405.503

Passivo	Notas	2025	2024
Circulante			
Fornecedores		4	-
Dividendos a pagar	7	6.162	6.162
Total do passivo circulante		6.166	6.162
Patrimônio líquido	8		
Capital social	8.1	410.100	410.100
Reserva de capital	8.2	1.153	737
Ajuste de avaliação patrimonial	8.3	(19.378)	(31.278)
Prejuízos acumulados		(52.034)	-
Reserva de lucros	8.4	19.782	19.782
Total do patrimônio líquido		359.623	399.341
Total do passivo e patrimônio líquido		365.789	405.503

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Despesas gerais e administrativas		(70)	(91)
Resultado da equivalência patrimonial	6	(52.027)	160.953
Total de receitas (despesas) operacionais		(52.097)	160.862
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		(52.097)	160.862
Receitas financeiras	9	63	48
Resultado financeiro		63	48
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(52.034)	160.910
(Prejuízo) Lucro do exercício		(52.034)	160.910
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício básico e diluído, por lote de mil ações -R\$		(0,56278)	1,74034
Quantidade de ações no final do exercício - em R\$ mil		92.459	92.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro do exercício	(52.034)	160.910
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
<i>Hedge accounting</i> , líquido de impostos	11.900	5.608
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	11.900	5.608
Total dos resultados abrangentes	(40.134)	166.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros			Patrimônio líquido
					Reserva legal	Reserva estatutária de reforço de capital de giro	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		410.100	474	(36.886)	-	-	(134.967)	238.721
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	160.910	160.910
Destinação do Lucro								
Resultado após absorção do prejuízo acumulado		-	-	-	-	-	25.943	25.943
Constituição de reserva legal	8.4.1	-	-	-	1.297	-	(1.297)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	7	-	-	-	-	-	(6.161)	(6.161)
Constituição de reserva estatutária para reforço de capital	8.4.2	-	-	-	-	18.485	(18.485)	-
Resultado abrangente do exercício								
Resultado de <i>hedge accounting</i>	6.1	-	-	5.608	-	-	-	5.608
Valor justo das opções de compra (<i>Matching Shares</i>)	6.1	-	263	-	-	-	-	263
Saldos em 31 de dezembro de 2024		410.100	737	(31.278)	1.297	18.485	-	399.341
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(52.034)	(52.034)
Destinação do Lucro								
Resultado após absorção do prejuízo acumulado		-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	8.4.1	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	7	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva estatutária para reforço de capital	8.4.2	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício								
Resultado de <i>hedge accounting</i>	6.1	-	-	11.900	-	-	-	11.900
Valor justo das opções de compra (<i>Matching Shares</i>)	6.1	-	416	-	-	-	-	416
Saldos em 31 de dezembro de 2025		410.100	1.153	(19.378)	1.297	18.485	(52.034)	359.623

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) do exercício	(52.034)	160.910
Ajustes para:		
Resultado da equivalência patrimonial	52.027	(160.953)
Rendimentos de aplicações financeiras	(59)	(50)
Subtotal	(66)	(93)
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:		
Depósitos judiciais	-	1
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	11	(1)
Fornecedores	4	(1)
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(51)	(94)
Aplicações financeiras	41	50
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(1)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(10)	(45)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Resgates sobre aplicações financeiras	11	36
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento	11	36
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	1	(9)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	9
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1	-
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	1	(9)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Contexto operacional

A Equatorial Participações e Investimentos II S.A. ("Companhia" ou "Equatorial Participações II") é uma *holding* constituída em 31 de março de 2021, na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão. A Companhia tem por objetivo a participação em outras sociedades, consórcios e/ou empreendimentos, prioritariamente em operações de distribuição de energia elétrica. A Equatorial S.A. é controladora da Equatorial Participações II.

1.1 Entidade controlada

A Companhia mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Participação direta	Nota	2025	2024
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(a)	99,99%	99,99%

- (a) Companhia de Eletricidade do Amapá ("CEA"): sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Macapá, no Estado do Amapá, concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Amapá, com 142.815 km², atendendo, em 31 de dezembro de 2025, 269.995 consumidores em 16 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia de Eletricidade do Amapá ("CEA") foi mencionada nas notas explicativas a seguir apenas como "Controlada".

1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, a qual entrará em vigor a partir de 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026 que regulamenta a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do IBS, consolidando os aspectos operacionais necessários para o início do período de teste do novo sistema. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Até 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidos efeitos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. No entanto, a Administração ressalta que o advento da LC 227/2026 trouxe maior previsibilidade ao rito de transição que se iniciará no exercício de 2026. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas em legislação complementar.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A controlada da Companhia, quando aplicável, também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e todos os valores estão arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia preparou as demonstrações contábeis partindo do pressuposto de continuidade operacional.

As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação da demonstração contábil. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 25 de março de 2026.

2.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Tópico	Notas	Descrição
Investimentos em Controladas	nº 3.1 e 6	Determinação se a Companhia detém o controle sobre uma investida; Julgamento de definição do método e das premissas de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros	nº 3.5 e 10	

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aqueles importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3.6 – Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes.

3.1 Investimento em entidade controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, as entidades controladas são contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial.

3.2 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável do exercício, às alíquotas de 15% para o imposto de renda, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil, e 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, a Companhia compensa prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados a 30% do lucro real do exercício.

Os tributos correntes a pagar ou a recuperar são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo ou passivo, com base na melhor estimativa do valor esperado a recolher ou a recuperar, utilizando as alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa ativos e passivos fiscais correntes quando existe direito legalmente executável de compensação e há intenção de liquidar os valores em bases líquidas ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 — Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia periodicamente a probabilidade de aceitação dos tratamentos fiscais adotados nas apurações do imposto de renda e da contribuição social. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que é mais provável que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

3.3 Capital social

3.3.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com o CPC 39 – Instrumentos financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa.

3.4 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

3.5 Instrumentos financeiros

3.5.1 Ativos financeiros

(a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR), conforme o modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa, nos termos do CPC 48. As contas a receber de clientes são mensuradas inicialmente na data de origem ao preço da transação, quando não há componente significativo de financiamento. Os demais ativos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia se torna parte das cláusulas contratuais e mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação, quando não designados ao VJR. Ativos mantidos para recebimento de fluxos contratuais de principal e juros são mensurados ao custo amortizado, enquanto os mantidos para recebimento e venda são classificados ao VJORA. Os demais ativos, inclusive derivativos, são classificados ao VJR, sendo permitida sua designação irrevogável nessa categoria para eliminar ou reduzir descasamentos contábeis.

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia avalia o objetivo do modelo de negócios no qual os ativos financeiros são mantidos, considerando a forma como a carteira é gerida e as informações fornecidas à Administração. Essa avaliação contempla as políticas e objetivos definidos para a carteira, o foco na geração de receitas de juros, a gestão de prazos e fluxos de caixa, a forma como o desempenho é monitorado, os riscos associados e a forma de remuneração dos gestores. Também são considerados o histórico, o volume e os motivos de vendas anteriores, além das expectativas futuras de alienação. As transferências de ativos financeiros para terceiros que não se qualificam para desreconhecimento não são tratadas como vendas, mantendo-se o reconhecimento contábil desses ativos. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores.

A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, *forfait* etc.) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com

fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.5.2 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.5.3 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5.4 Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis, em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 13.2 – Categoria e valor justo dos Instrumentos financeiros.

3.6 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.6.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Diversas normas novas ou alteradas tornaram-se aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou essas alterações e normativos e não identificaram impactos significativos em suas demonstrações contábeis e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



3.6.2 Normas emitidas com vigência a partir de 01/01/2026:

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor e está em fase de avaliação de possíveis impactos.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 48 e CPC 40 (R1): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01: Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02: Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis – Volume 11	Em julho de 2024, o IASB publicou alterações pontuais para manutenção das Normas IFRS, trazendo ajustes para maior clareza, consistência e simplificação. As mudanças afetam o CPC 37 (R1), CPC 40 (R1) (e sua orientação), CPC 48, CPC 36 (R3) e CPC 03 (R2), com reflexos futuros nos pronunciamentos técnicos do CPC. Não se espera impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.	01/01/2026
CPC 51: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. O CPC 51 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e torná-las sujeitas a auditoria. O CPC 51 substituirá o CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
IFRS 19: (sem norma contábil brasileira correspondente até o momento) Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis.	01/01/2027

A Companhia avaliou as emendas e normativos acima e não identificou impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



4 Aplicações financeiras

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Circulante		
Fundos de investimentos		
Cotas de fundos de investimento	436	429

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do CDI e a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, equivale a 101,62% do CDI (98,44% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5 Partes relacionadas

O pessoal-chave da Administração inclui o presidente e os diretores. Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou prejuízo não possuindo alteração nas movimentações com partes relacionadas, referente aos dividendos a pagar com a sua Controladora, a Equatorial S.A., no valor de R\$ 6.162 (6.162 em 31 de dezembro de 2024).

6 Investimentos

As principais informações sobre o investimento na controlada está conforme a seguir demonstrada:

	Participação em 2025	2025	2024
Avaliados por equivalência patrimonial:			
CEA	99,99%	365.320	405.031

6.1 Movimentação dos investimentos em controlada

Controlada	<u>2024</u>	Resultado da equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	<i>Stock Options</i>	<u>2025</u>
	CEA	405.031	(52.027)	11.900	416
Controlada	<u>2023</u>	Resultado da equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	<i>Stock Options</i>	<u>2024</u>
	CEA	238.207	160.953	5.608	263

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



6.2 Informações da controlada

A Companhia apresenta abaixo a posição de sua controlada individualmente.

	Participação	Balanco patrimonial					Resultado					
		Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
Saldos em 2025	societária											
CEA	99,99%	1.266.795	1.036.710	1.805.177	2.706.511	(671.249)	1.814.074	522.600	(165.521)	(346.508)	(22.607)	(12.036)
	Participação	Balanco patrimonial					Resultado					
		Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
Saldos em 2024	societária											
CEA	99,99%	1.576.754	1.107.508	2.747.600	2.811.744	405.102	1.584.664	591.028	(131.712)	(258.633)	296	200.979

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



6.3 Conciliação dos investimentos

Controlada	Participação societária	Patrimônio da controlada	Resultado	2025			
				Equivalência patrimonial (a)	Valor do investimento	Intangível de concessão (b)	Total dos investimentos
CEA	99,99%	(671.249)	(12.036)	(52.027)	(671.133)	1.036.453	365.320

Controlada	Participação societária	Patrimônio da controlada	Resultado	2024			
				Equivalência patrimonial (a)	Valor do investimento	Intangível de concessão (b)	Total dos investimentos
CEA	99,99%	405.102	200.979	160.953	(671.414)	1.076.445	405.031

(a) O resultado de equivalência patrimonial contempla também o efeito da amortização do direito de concessão no montante de R\$ 39.992 (R\$ 39.992 em 31 de dezembro de 2024), conforme item 23, letra (a) do ICPC 19; e

(b) Saldo decorrente da Alocação do Preço de Compra (PPA – *Purchase Price Allocation*) na aquisição da controlada CEA.

7 Dividendos a pagar

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentou prejuízo, não havendo possibilidade de distribuição de novos dividendos e nem pagamento dos valores em aberto com a controladora Equatorial S.A.

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada conforme a seguir demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.162
Dividendos mínimos obrigatórios 2025	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.162

8 Patrimônio líquido

8.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era de R\$ 410.100, representado por 410.100.400 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e sua composição acionária está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Total	%
Equatorial S.A.	410.100.400	410.100.400	100,00%

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



8.2 Reserva de capital

Esta reserva é constituída pelas opções outorgadas reconhecidas, por meio da deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, bem como pela mudança na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultam em perda de controle, conforme determina o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva era R\$1.153 (R\$ 737 em 31 de dezembro de 2024).

8.3 Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de ajuste de avaliação patrimonial era R\$ 19.378 (R\$ 31.278 em 31 de dezembro de 2024) contemplando, principalmente, efeitos de instrumentos financeiros derivativos.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial serão reclassificados para o resultado do exercício, integral ou parcialmente, quando da alienação de ativos/passivos a que elas se referem.

8.4 Reserva de lucros

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Reserva legal (8.4.1)	1.297	1.297
Reserva estatutária de reforço de capital de giro (8.4.2)	18.485	18.485
Total de reserva de lucros	19.782	19.782

8.4.1 Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva era R\$ 1.297 (R\$ 1.297 em 31 de dezembro de 2024).

8.4.2 Reserva estatutária de reforço de capital de giro

Essa reserva estatutária, que faz referência ao artigo 194 da Lei das Sociedades Anônimas, prevista no art. 19, parágrafo segundo, do Estatuto Social, destina-se a reter, por proposta da Diretoria, o saldo do lucro líquido do exercício, após as deduções previstas em lei e do dividendo mínimo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva era R\$ 18.485 (R\$ 18.485 em 31 de dezembro de 2024).

9 Resultado financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeiras	59	50
PIS/COFINS sobre receita financeira	(3)	(2)
Outras receitas financeiras	7	-
Total de receitas financeiras	63	48
Resultado financeiro líquido	63	48

10 Instrumentos Financeiros

10.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fornecedores, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando a remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio.

10.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos (swap), apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

A Companhia adota a contabilização de instrumentos financeiros derivativos conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os swaps contratados para proteção da exposição cambial das dívidas denominadas em moeda estrangeira serão designados como instrumentos de hedge contábil na modalidade de hedge de fluxo de caixa. Já os swaps contratados para proteção da exposição das dívidas indexadas ao IPCA serão designados como instrumentos de hedge contábil na modalidade de hedge de valor justo.

10.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito no item a seguir.

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2025		2024	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	1	1	-	-
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	436	436	429	429
Total do ativo			437	437	429	429

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2025		2024	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	4	4	-	-

10.4 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas em suas áreas de especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais com relação ao caixa e equivalentes de caixa.

(I) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 1 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado na agência de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos adiante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo, tempo otimizar o retorno.

d) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Equatorial Participações e Investimentos II S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	436	496	511	526	481	466
		-	-	15	526	481	466
Impacto no resultado							
Referência para ativos financeiros	Taxa projetada	Taxa 2025	em 25%	50%	-25%	-50%	
CDI (% 12 meses)	13,82%	14,32%	17,28%	20,73%	10,37%	6,91%	

Fonte: B3

10.5 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e, também, o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Junior
(Diretor-Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
(Diretor)

Cristiano de Lima Logrado
(Diretor)

Marcos Antônio Souza de Almeida
(Diretor)

Humberto Luís Queiroz Nogueira
(Diretor)

José Silva Sobral Neto
(Diretor)

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente Corporativo de Gestão Tributária,
Normas e Relatórios Contábeis
Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA